

# Brasil antecipa negociação

*Dívida Externa*

O GLOBO Segunda-feira, 22/ 12/ 86

ECONOMIA • 13

## com bancos credores

BRASÍLIA — As negociações com os bancos credores privados serão iniciadas nos primeiros dias de janeiro, antes da formalização do acordo de reescalonamento da dívida, junto a bancos centrais, no âmbito do Clube de Paris, no dia 19 do próximo mês. A informação é de fonte do Palácio do Planalto.

As negociações com os credores, para definir prazos de reescalonamento da dívida, **spreads** (taxas de risco) e outros detalhes serão conduzidas pelo Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e pelo Diretor da Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas.

Mas não está descartado o encontro do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, com altos dirigentes dos maiores bancos credores do Brasil, para discutir as linhas gerais das negociações, em que sustentará a tese do Governo brasileiro de não recorrer formalmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e obter novos empréstimos para reduzir as transferências de divisas ao exterior e assegurar as condições necessárias

ao crescimento da economia brasileira.

A aceitação do Clube de Paris de discutir a rolagem da dívida, que soma US\$ 2,8 bilhões (Cz\$ 41,2 bilhões), vencidos em 1985 e 86, sem o aval do FMI, é o principal trunfo que os negociadores brasileiros usarão para dar sustentação as conversações para reescalonar a dívida com os bancos privados. Os credores oficiais, normalmente são muito rigorosos na exigência do aval, mas aceitaram orientar-se apenas pelo relatório do Fundo, elaborado com base no que prevê o artigo 4º do Estatuto da instituição.

A sinalização dada pelo Clube de Paris será aproveitada pelos negociadores, nos encontros com os banqueiros, para fortalecer a posição brasileira. Além deste reforço importante, o Governo alinha, ainda, o fato de que agências de financiamento oficiais, como o Eximbank japonês e o Banco da Escandinávia, estão fechando acordos de empréstimos novos ao País, no valor total de US\$ 850

milhões (Cz\$ 1,25 bilhão).

Diante dos bancos comerciais, o Governo brasileiro manterá a tese do crescimento sustentado, na faixa de cinco a seis por cento ao ano. Esse parâmetro é definitivo, porque garante a manutenção no nível do emprego e investimentos sociais necessários à estabilidade interna do País.

Para alcançar esse objetivo político traçado pelo Governo da Nova República, o País precisa conseguir a negociação plurianual da dívida, reescalonando os pagamentos por vários anos (a definir nas negociações) e aliviando a pressão do pagamento sobre as reservas internas.

Além deste pleito, o Governo conta com a possibilidade de reduzir o desembolso de dólares para pagamento dos encargos da dívida (juros e taxas adicionais). A posição do Governo é a seguinte: não pensará em moratória unilateral (suspensão do pagamento), se for dado ao País condições de cumprir seus compromissos. A moratória não interessa ao Brasil, nem aos credores.